

**EDcl no AgRg nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.225.717 - RS (2017/0325076-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**EMBARGANTE** : P R DA R  
**ADVOGADO** : CARLOS EDUARDO SCHEID E OUTRO(S) - RS055419  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ASSIST. AC** : F P DE O (MENOR)  
**REPR. POR** : M DA C P  
**ADVOGADOS** : BRUNO SCHEIDEMANDEL NETO - RS0023199  
RAUL GONCALVES CUNHA - RS0046647  
FELIPE MOREIRA BELTRAO - RS0048784

**EMENTA**

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. DESCABIMENTO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE AFASTAMENTO DIRETO DE TODAS AS TESES DEFENSIVAS. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a teor do art. 619 do Código de Processo Penal – CPP, e erro material, conforme art. 1022, III, do Código de Processo Civil – CPC.

2. Sem a demonstração das hipóteses de cabimento, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe, notadamente quando o embargante pretende a rediscussão da questão controvertida para modificar o provimento anterior.

3. O julgado que aponta os motivos do seu convencimento ao apreciar tese da defesa não incorre em omissão, sendo certo que não está obrigado a refutar diretamente todos os pontos deduzidos quando das razões expostas se possa concluir, por dedução lógica, pelo não acolhimento do ponto.

4. São incabíveis embargos de declaração para que o Superior Tribunal de Justiça – STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal – STF.

5. Embargos declaratórios rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima

indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de março de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

